
Extension research in the promotion of mental health: a balancing act for navigating literary craftsmanship

Pesquisa extensionista na promoção em saúde mental: um balanceiro para transitar por uma artesanaria literária

Received: 21-07-2024 | Accepted: 25-08-2024 | Published: 31-08-2024

Maria da Conceição Florencio Monteiro Bezerra

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1592-8587>

Universidade de Pernambuco, Brasil

E-mail: autoria@email.com

Suely Emilia de Barros Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6249-7487>

Universidade de Pernambuco, Brasil

E-mail: suely.emilia@upe.br

Giselle Oliveira Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3823-1835>

Faculdade Uninassau Garanhuns, Brasil

E-mail: giselleoliveiraps@gmail.com

ABSTRACT

The aim of this study is to present a way of constructing knowledge through the weaving of literary craftsmanship as a possibility of decolonizing the Eurocentric logic of the academic universe. To this end, a critical literature review was carried out, taking decolonial thinking as its epistemological direction, thus interweaving a dialogue between publications from academically recognized digital platforms, with other knowledge that is recorded in narratives present in marginal memories. It emerged from an extension research project built on the interface between the transVERgente Extension Program and the Postgraduate Program in Psychology, Practices and Innovation in Mental Health (PRISMAL/UPE). Literary craftsmanship has been countering the coloniality of knowledge, proposing a way of spinning the plurality of experiences, dialogues and the sharing of knowledge. It has also shown itself to be a possible way to decolonize academic research writing, listening to the voices of marginal memories in conversation with voices already legitimized in the scientific universe.

Keywords: Literary Craftsmanship; Coloniality of Knowledge; Marginal Memories; Extension Research; Decolonial Thought.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo apresentar um modo de construir conhecimento através da tessitura de uma artesanaria literária, como possibilidade de decolonizar a lógica eurocêntrica do universo acadêmico. Para tanto, foi realizada uma revisão crítica de literatura tomando como direção epistemológica o pensamento decolonial, entrelaçando assim um diálogo entre publicações advindas de plataformas digitais reconhecidas academicamente, com outros saberes que ficam registrados em narrativas presentes nas memórias marginais. Surgiu de uma pesquisa extensionista construída na interface entre o Programa de extensão transVERgente e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Práticas e Inovação em Saúde Mental (PRISMAL/UPE). A artesanaria literária vem contrapondo a colonialidade do saber, propondo um modo de fiar a pluriversidade de experiências, de diálogos e de compartilhamento de saberes. Mostrou-se, ainda, como um caminho possível para decolonizar a escrita da pesquisa acadêmica, escutando vozes das memórias marginais em conversação com vozes já legitimadas no universo científico.

Palavras-chave: Artesania Literária; Colonialidade do Saber; Memórias Marginais; Pesquisa Extensionista; Pensamento Decolonial.

INTRODUÇÃO

O lugar de germinação deste artigo foi a participação no Programa de Extensão Universitária “transVERgente”, que acompanha o povo camponês impactado pela invasão da transposição do rio São Francisco em seu território, na zona rural de Sertânia (PE/BR), num entrelaçamento com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Práticas e Inovação em Saúde Mental (PRISMAL/UPE), surgindo a partir daí, uma pesquisa extensionista. Nessa composição, este artigo tem como objetivo apresentar um modo de construir conhecimento através da tessitura de uma artesanaria literária, como possibilidade de decolonizar a lógica eurocêntrica do universo acadêmico.

O diálogo entre vozes que narram saberes a partir das experiências cotidianas e vozes que produzem conhecimentos legitimados pelo contexto acadêmico, mostra-se como caminho possível para a desconstrução da colonialidade do poder, do saber e do ser. A “colonialidade do poder” se refere às estruturas colonialistas de padrão do poder capitalista, baseando-se na imposição de uma hegemonia eurocêntrica imposta às Américas. A “colonialidade do saber” se expressa numa perspectiva hegemônica de conhecimento, responsável pelo epistemicídio de muitos saberes. Já a “colonialidade do ser”, compreendida como um movimento da modernidade colonial que inferioriza pessoas, é, portanto, uma tentativa violenta de destituir a existência humana, afetando diretamente os modos de existir dos colonizados (Maldonado-Torres, 2019). Lembramos do que denuncia Kilomba (2021, p.52): “Há muito tempo temos falado e produzido conhecimento independente, mas quando há assimetria de grupos no poder, há também

assimetria no acesso que os grupos têm a recursos necessários para implementar suas próprias vozes”.

Buscando traçar diálogos com o pensamento decolonial (Grosfoguel, 2016; Maldonado-Torres, 2019), tomaremos uma direção de fortalecimento da língua e epistemologias do Sul global. Para tanto, usamos o verbo *sulear*, provocando uma torção no pensamento hegemônico colonizador, que alimenta nosso olhar para os discursos fundados e reproduzidos pelo Norte global, abandonando, assim, a ideia de nortear as discussões advindas da ação de pesquisar; afinal, “os ventos do norte não movem moinhos” (Ney [...], 2018, 0 min 41 s). O termo *SULear*, criado em 1991, se ergue como um desafio ao domínio do *NORTEar*, quando este se volta para o Sul. Ele busca iluminar as visões e sabedorias do Sul, desafiando a lógica eurocêntrica que insiste em elevar o Norte como a única estrela guia universal (Campos, 2022).

Os países dominantes do hemisfério Norte têm a marca da exploração dos povos colonizados e da escravização de sua mão de obra. Assim, decerto, os grupos hegemônicos e poderosos não “movem moinhos”, uma vez que não fazem o trabalho manual.

Seguiremos, então, *suleando* as compreensões e construindo diálogos com os trabalhos de autores e autoras latino-americanas, com as produções de quem constrói textos não acadêmicos e, ainda, com vozes que, embora tenham origens no Norte global, passaram por várias diásporas, assumindo a tarefa de decolonizar o conhecimento eurocentrado, como desafia Grada Kilomba (2016, p. 8):

Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividades como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história.

Aqui, sinalizamos a nossa inspiração numa leitura fenomenológica decolonial, que se mostra

como a arte de olhar, de ver o mundo através de lentes que possibilitam ver por um olhar latino-americano, brasileiro, nordestino, pernambucano, sertanejo e de mulheres negras. Trata-se de uma atitude-método-direção para trilhar caminhos contra-coloniais (Santos; Santos, 2024).

É sabido que a fenomenologia nasce no contexto europeu, com representantes brancos. Entretanto, nos propomos a fazer uma torção ou um giro decolonial na fenomenologia, considerando a nossa realidade brasileira. Para Bernardino-Costa; Maldonado-Torres e Gosgoguel (2019, p. 9), diante das “lógicas da modernidade/colonialidade, [...] podemos identificar diversos momentos, ações, eventos de resistência política e epistêmica, que nomeamos, ao lado de muitos outros, como decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial”.

Nesse sentido, trouxemos para a discussão pensamentos como o de Grada Kilomba (2016), mulher negra que precisou defender sua singularidade se opondo às marcas da colonialidade. O povo brasileiro, nordestino, camponês, agrestino e sertanejo também carrega as marcas da colonialidade, que tentam subalternizá-lo a partir de um olhar colonizador, universalizante e eurocêntrico. Propusemos, então, nos adentrar na realidade brasileira e desejamos, na esteira das palavras de Clini (2022, p. 127), “partir do mergulho naquilo que o outro apresenta, e não de qualquer saber previamente estipulado – saber esse que certamente está imerso na colonialidade”. Afinal, como assinala a referida autora:

para que a produção acadêmica em fenomenologia faça jus ao país onde ela está sendo construída, é necessário mais do que estudar fenomenologia. Precisamos construir um olhar crítico, sensível às hegemonias que nos atravessam desde o nosso próprio território singular e social. Caso não o façamos, corremos grande risco de sermos perpetuadoras das hegemonias, sem nos darmos conta disso. Precisamos acordar da colonização instituída para que possamos escrever e atuar em uma fenomenologia brasileira (Clini, 2022, p. 127).

Face a essa provocação, aceitamos o desafio de dialogarmos com escritos e experiências que tomam o giro decolonial latino-americano como direção, com suas marcas de opressão, exclusão, cosmovisões e ancestralidade e com suas singularidades advindas de matrizes culturais não europeias, no movimento de cultivar uma atitude sensível às demandas dos corpos colonizados.

TRACEJOS DE UM CAMINHO METODOLÓGICO

Trata-se de uma revisão crítica de literatura, cuja análise compreensiva será realizada pela via da Artesania Literária, termo cunhado pelas três autoras na proposição de um caminho para uma revisão crítica de literatura por epistemologia decolonial (Santos; Santos, 2024). Por meio desta, entoamos as vozes que emergem e anunciam as

produções acadêmicas, entrelaçadas com outras vozes que se relacionam com possibilidades de pensar sobre o Bem Viver em uma comunidade rural atravessada pela megaobra da transposição do rio São Francisco, localizada no Sertão pernambucano. Apresentamos, assim, um possível caminho para a escuta de vozes acadêmicas e não acadêmicas a partir da artesanaria literária, considerando o que surgiu como fenômeno a partir das andanças em campo durante a pesquisa extensionista, intitulada “No Balanço de Cipó: semeadura para um Bem Viver numa comunidade campesina afetada por uma megaobra”. Assim, partimos e anunciamos temáticas insurgentes do e no território, em diálogo com vozes e materiais acadêmicos e não acadêmicos.

Vale ressaltar que “a compreensão se pro-duz [no sentido de levar adiante], ocorre em diálogo com-o-outro e não por meio da análise de um diálogo pelo significado apontado pelo intérprete” (Santos, 2016, p. 47). Desse modo, ao seguirmos o caminho apontado acima, assinalamos o nosso interesse de pôr adiante um diálogo com diversos olhares em busca de distanciarmos do pensamento unívoco, pois como dizia Nêgo Bispo “só há ‘um’ porque há mais de um” (Santos, 2023, p. 32), apresentando um modo de tecer uma artesanaria literária. Realizando uma revisão crítica de literatura, fazendo um diálogo entre publicações científicas de artigos, dissertações e/ou teses oriundas de plataformas digitais, com outros modos de compartilhamentos de saberes e sabedorias que, a partir de um giro decolonial, passam a ocupar espaços nos estudos acadêmicos.

Cabe aqui anunciar que as temáticas com as quais conversamos não foram definidas *a priori*, foram fenômenos desvelados em campo que anunciaram os autores e as autoras convidadas a dialogar neste estudo. Além disso, enfatizamos que recorreremos, como referenciais na composição deste trabalho, pessoas não acadêmicas e acadêmicas que vêm discutindo as temáticas emergentes, apresentadas sob diferentes fontes e formatos, como vídeos, livros, músicas, poemas, desenhos e programas de TV. Essa diversidade possibilitou desconstruir a prevalência e a dominação de vozes que historicamente vêm sendo escutadas e estudadas em pesquisas científicas, ao trazer para o diálogo vozes, muitas vezes, tomadas como subalternizadas, que produzem saberes e podem dialogar com o que pesquisamos academicamente.

A colheita das referências, a partir do trânsito pelo campo, foi feita cartograficamente, compreendendo que “a leitura é situada como cartográfica, na medida em que se localiza em documentos já apresentados anteriormente e se propõe a compreensão e intervenção em contextos acadêmicos e espaços coletivamente habitados” (Melo; Santos, 2022, p. 278).

Nas andanças pelo território, deparamo-nos com questões que nos convidaram a pensar acerca dos seguintes temas: camponeses, memórias marginais, megaempreendimento, Bem Viver, arte e saúde mental. Seguimos em busca de saberes para, em diálogo, inscrever geopoliticamente um referencial epistemológico a partir do chão latino americano onde pisamos: brasileiro, nordestino, pernambucano, agrestino e sertanejo.

No intuito de aprofundamento nos estudos decoloniais, buscamos criar uma artesanaria literária, compreendendo que as vozes que ficam à margem dos escritos acadêmicos, produzem saberes que conversam com o que estamos a pesquisar. Esse caminho desconstrói o pensamento colonizador acadêmico, que se diz detentor de conhecimentos oficiais, deixando à parte sabedorias presentes em variados materiais que podem ser tomados como fontes bibliográficas. Santos e Santos (2024, p. 1144) anunciam que a:

Artesanaria literária possibilita uma conversação com materiais elaborados por pessoas que não estão na academia, mas que produzem saberes que dialogam com a temática aqui investigada, registrados em vídeos, pinturas, documentários, músicas, entrevistas, mapas etc., valorizando referências produzidas pela via da arte, dos saberes populares e tradicionais, bem como com artigos científicos, teses, dissertações e materiais textuais como livros e revistas.

Encaminhar uma pesquisa realizando um diálogo entre conhecimentos universitários e saberes que ficam à margem no universo acadêmico, compreendendo a margem como “um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos” (Kilomba, 2021, p. 68), possibilita encaminhar como método de investigação e análise uma artesanaria literária. Nessa, saberes que ficam à margem numa academia que nutre um pensamento colonizador, são valorizados e encontram espaço numa academia que luta contra o epistemicídio de saberes, e alimenta a presença de um pensamento contracolonial, em que os diversos se fazem presença (Santos, 2023). Ou seja, “coloco meu discurso dentro da minha realidade [...] um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico. Um discurso que é tão político quanto pessoal e poético (Kilomba, 2021, p. 59).

A artesanaria literária surge como um caminho possível para decolonizar os conhecimentos acadêmicos, ao passo que trilhamos uma busca em direção a encontrar no território e em diversas expressões de comunicação, narrativas, histórias e sabenças que

contam acerca das temáticas investigadas, mas que não se encontram em plataformas de base de dados, já reconhecidamente aceitas pelo mundo científico. É sabido que

o conhecimento reproduzido nas universidades é excludente ou desigual no sentido de não haver o reconhecimento da validade das outras epistemes, sem ser as eurocentradas. Essa característica é central na modernidade. De tal maneira, verifica-se que o modelo epistemológico moderno das universidades está inserido no contexto da colonialidade do saber [...] (Paim; Oliveira, 2023, p. 4)

A artesanaria literária vem contrapondo a colonialidade do saber, a qual segundo Quijano (2005), na busca por um pensamento unívoco, moderno, dominante, colonizador, eurocêntrico, alimenta uma estrutura carregada de epistemicídios de muitos saberes, sem considerar histórias e cosmologias de povos que foram subalternizados. Buscamos, assim, que a artesanaria literária seja uma pluriversidade de experiências, de diálogos e de compartilhamento de saberes.

ANÁLISE COMPREENSIVA DA ARTESANIA LITERÁRIA

Para percorrer essa análise compreensiva, transitamos por dois momentos em que tracejamos alguns diálogos, como um modo possível de presentificar uma confluência de saberes diversos, presentes na artesanaria literária.

Artesania Literária como via de escuta de memórias marginais

Em nossas andanças cartográficas pela literatura, nos deparamos com a expressão memórias marginais, apresentada por Simson (2003), a qual nos fez compreender que a artesanaria literária é uma via de escuta dessas memórias. O termo parte das perspectivas presentes nas histórias contadas por povos dominados e subalternizados de uma dada sociedade, sendo suas memórias transmitidas entre as gerações, por meio de canções, poesias e momentos de construção compartilhada - histórias que são rememoradas diante da necessidade de serem evocadas.

Essa perspectiva nos afasta da ideia de considerar como “informações relevantes” para uma pesquisa apenas aquelas que, partindo da perspectiva das classes dominantes, acabam sendo rotuladas como formadoras da “memória oficial” de uma sociedade, no sentido habitual da palavra “oficial” (Simson, 2003). Na busca de refletir sobre esse olhar hegemônico, recorreremos a Chimamanda Ngozi Adichie (2019), escritora nigeriana que nos fala sobre o perigo de uma história única. Ela nos conta que “a consequência da

história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (Adichie, 2019, p. 10).

Nessa direção, surge a urgência de um trabalho de pesquisa que abarque as memórias de povos marginalizados, visto que a chamada “memória oficial” promove o apagamento de histórias, modos de vida, culturas e vozes desses povos, que não ocupam os lugares de “prestígio” em sociedade, sendo vítimas de uma história única, excludente e opressora. As memórias marginais surgem, nesse aspecto, como possibilidade para que diversas histórias sejam ouvidas, pois “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p. 11).

Valorizar a contação de uma história única pode desaguar no risco de que comunidades que sofrem opressões diversas sejam ainda mais expostas a violências e invisibilizações, como nos alerta Silva (2020), quando se volta para a “dependência estrutural” de países latino-americanos e caribenhos subalternizados política, econômica e culturalmente em relação aos países do Norte global.

Discussões sobre dependência estrutural possibilitam diversas interpretações em relação à miséria social, bem como sobre o atraso econômico sofrido por países que foram colonizados. Tais debates surgem como denúncias, a partir do momento em que se voltam para as relações de subordinação comandadas por países imperialistas que caminham em parceria com burguesias nacionais. Além disso, a dependência estrutural é atravessada pelo crescimento de projetos de mineração e agropecuários, bem como pelos megaempreendimentos que invadem o país e acabam por devastar culturas e histórias de povos originários e de populações camponesas e quilombolas, alterando seus modos de vida e suas possibilidades de existir.

Diante de uma política de devastação histórica e cultural, Tovar (2020), inspirada na noção de “necropolítica”, de Achille Mbembe, brinda-nos com a proposta de que “através da arte, podem ser subvertidas, questionadas e/ou desestabilizadas políticas de morte que matam, silenciam, desmembram, massacram, desaparecem e/ou deixam morrer determinados corpos” (p. 7). Em seu percurso, a autora toma como campo de pesquisa contextos colombianos nos quais impera a necropolítica, sendo eles denominados pelo termo “pós-conflito” e localizados na área urbana e na zona rural do país. Em sua compreensão, a arte pode ser vista como uma possibilidade de subversão à estética

asséptica presente em cenários necropolíticos. Lembramos aqui da banda BaianaSystem, que denuncia, através da arte e da sua veia latino americana, que é preciso contra-atacar essa estrutura injusta, desigual, bem como comunga da ideia de que a arte de cantarolar é um caminho possível para traçar planos de resistência:

Vamo que vamo, vou traçando vários planos, vou seguir cantarolando pra poder contra-atacar [...] Nas veias abertas da América Latina tem fogo cruzado queimando nas esquinas. Um golpe de estado ao som da carabina, um fuzil... Se a justiça é cega, a gente pega quem fugiu. Justiça é cega [...] (eu quero contra-atacar) (Sulamericano, 2019, 0 min 42 s).

Para tanto, deve ser tomada primeiramente como metodologia por meio da qual a coparticipação produz um “em-comum”, formado por caminhos de resistência frente a toda destruição deixada como rastro de morte. Nessa perspectiva, a arte é ainda uma possibilidade de fiar um tecido comunitário no qual as diferenças são compartilhadas. Em segundo lugar, é preciso encarar esse “em-comum” como uma potência para a reafirmação da vida, na convivência das diferenças.

Nessa discussão voltada para a arte, Lopes (2017) constrói um texto de caráter artístico, poético e filosófico, trazendo a possibilidade de trabalhar esses elementos na elaboração de projetos de ensino-aprendizagem. Em sua dissertação, a autora desenvolve a proposta de compreender os sentidos e a autoria construídos por estudantes de licenciatura em Educação do Campo em suas produções de cunho artístico-textual. Poética e arte são peças-chave privilegiadas pelo estudo, mas para além delas, lutas, desafios, identidades, histórias, aspirações e impossibilidades também surgem na caminhada das produções textuais dos discentes.

Na dissertação em questão, foram criadas diversas expressões estéticas que ilustraram as reflexões e os conhecimentos dos estudantes, na busca da emancipação de camponeses. As construções artísticas foram produzidas com o intuito de traduzir alguns sentidos singulares em torno da temática do campo, tais como a produção de vida, os direitos à permanência nos territórios, ao trabalho e à educação, o trato cuidadoso e respeitoso para com a terra, em resposta às técnicas capitalistas do agronegócio, como também a organização, a produção e a alimentação específicas do campo. As histórias narradas são marcadas pelos sentidos de coletividade, natureza e afetos, elementos centrais no trabalho de Lopes (2017). Essa compreensão nos leva ao cantor/compositor Toquinho quando nos conta que, “Quem segue a estrada sem parar pra entender / Aprende

a arte de viver” (Toquinho [...], 2020, 1 min 22 s). A arte aparece como expressividade dos modos de viver, de existir.

Com o olhar voltado para o campo como sendo um espaço de cultivo, De Mari, Tavares e Fonseca (2017) retratam a trajetória de movimentos sociais camponeses, mais especificamente a do Movimento Sem Terra (MST) e a da Via Campesina. No estudo em questão, o conceito de Bem Viver é desenvolvido como estando ligado às representações de segurança e de soberania alimentar, sendo a primeira o direito e o poder de decisão na produção agrícola; a segunda, o direito à alimentação saudável, bem como o domínio de sua forma de produção para a saúde e o Bem Viver das comunidades camponesas.

Cabe aqui situar que o Bem Viver existe enquanto possibilidade de sentido acerca das compreensões de mundo e dos modos como nos relacionamos com este mundo. Segundo Acosta (2016), o Bem Viver é uma soma de práticas cotidianas indígenas que existem enquanto atitudes de resistência, em oposição ao colonialismo e às sequelas deixadas por ele. Vale ressaltar que, sendo o Bem Viver uma filosofia indígena proveniente da América Latina, pensamos ser importante, aqui, pedirmos licença para direcionarmos o uso do termo para a vida no campo, num contexto também latino-americano, envolto por ruralidades postas à margem, consequência intensificada por um grande empreendimento fruto do desenvolvimentismo e da corrida apressada pelo desenvolvimento, outra sequela deixada pela colonização.

Nessa perspectiva, Nêgo Bispo nos alerta que o processo de colonização promove também o encobrimento das línguas e das linguagens, e que é preciso potencializarmos as palavras que são nossas:

Por exemplo, se o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra *desenvolvimento*. Porque a palavra boa é *envolvimento*” (Santos, 2023, p. 3).

A transposição do rio São Francisco, assim como outras megaobras espalhadas pelo país, tem deixado marcas de sofrimento pelos territórios por onde vem passando, aniquilando o sentimento de *envolvimento* e pertencimento das pessoas com o próprio território. Ela nasce de um pensamento desenvolvimentista que se finca em territórios ainda não afetados por um fundamento capitalista, colocando esses espaços em rotas de acumulação de capital e transformando as pessoas que habitam esses cenários em consumidoras (Guimarães; Soares; Lins, 2021) ou, muitas vezes, em consumidas.

Em entrevista concedida ao Brasil de Fato, a liderança indígena Ailton Krenak denuncia que “a ideia dos rios vivos não é uma ideia viável dentro de uma experiência econômica capitalista, porque o rio vira um insumo, o rio é usado para fazer hidrelétricas, tipo Belo Monte, Tucuruí, Madeira, Jirau” (Weber, 2023). Os ditames desenvolvimentistas se ancoram em ideologias neoliberais, e estas, por sua vez, apoiam-se em aglomerados de processos culturais, econômicos e políticos que propiciam que um pequeno grupo com seus interesses particulares acabem por ditar as regras e as vivências de segmentos sociais mais vulneráveis.

Aproximando nossa discussão dos modos diversos de vida, parafraseamos Guimarães; Soares; Lins, 2021), quando dizem que é do rural que se colhem os princípios suleadores do Bem Viver. Partindo dessa perspectiva, acreditamos ser possível, numa caminhada compartilhada com povos camponeses, buscar compreender e acolher o sentido de Bem Viver para essas populações marginalizadas e expostas ao concreto, através da expressão de seus modos de vida, numa realidade cotidiana compartilhada com seus pares.

O cotidiano campesino vem marcado por suas singularidades, dentre elas, nos damos conta que o viver compartilhado em comunidade passa também pela experiência da lida com a terra. Ter contato com a terra, cuidar dela e dela se nutrir são atos que fazem parte de uma compreensão sobre o que é saúde mental para os povos camponeses. Portanto, o impacto da transposição na vida dos povos camponeses da zona rural do município de Sertânia acabou por atravessar o que era vivenciado enquanto saúde para os habitantes dessas comunidades. Isso se deu pois “há uma relação entre a terra e o modo de existir daqueles que foram afetados pela transposição. Essa ligação ressoa em seus corpos, anunciando que a dor pela conexão perdida com a terra, mostra-se através do adoecer” (Bezerra; Santos, 2021, p. 69).

Nesse sentido, os sofreres e adoeceres se mostram quando os habitantes das comunidades rurais de Sertânia passam a narrar as reações de seus corpos a partir da intrusão da megaobra em seus territórios. O sofrimento existencial é expressado mediante a cisão que passou a existir entre o que era vivenciado antes de o canal cortar as comunidades e, logo em seguida, o avanço das obras, retirando os camponeses de suas terras, literalmente:

Tá tudo uma bagaceira lá embaixo! Que pegaram, toraram tudo, cavaram tudo! Não deixaram eu tirar direitinho. Enquanto eu fui levar minhas coisas na rua, ele pegou aquela... como é o nome daquelas máquina? Aquelas grandona que

pega uma coisa assim, que enfia lá dentro quando vem, vem com tudo? Ela juntou como quem junta um mói de papel assim que rasga e enrola na mão... ela juntou tudo e jogou em cima da caçamba, e eu lá na rua. Quando eu cheguei da rua que eu fui levar umas coisinha, ele tinha acabado com o resto! Aí ele chegou [...] me chamou, viu minha situação... Minha pressão foi pra vinte, quase eu morro! [...] um caba dentro de uma casa cinquenta e tantos anos, não é brincadeira não... oxe! (Invisíveis, 2017, 29 min 12 s).

Nesse trecho do documentário “Invisíveis” (2017), Seu Lídio narra o momento em que voltou para o sítio e se deparou com a sua casa demolida, sem que tivesse tempo de retirar todos os seus pertences. O sofrimento diante dos escombros do que antes era sua casa, espaço habitado por mais de cinquenta anos, evidencia o sentimento de desalojamento ante a impossibilidade de um dia retornar ao seu lar, espaço familiar, de Bem Viver e promoção em saúde mental.

Santos (2019, p. 35) propõe “olhar a saúde mental como espaço de pro-dução da vida. Pro-dução, não no sentido de um produto, um resultado, mas de desvelamento, do que pode se manifestar na própria ação de viver”. A partir da referida autora, talvez seja possível pensar que exista, por meio do corte que foi a transposição do rio São Francisco, uma ferida existencial que se revela na dor de uma população que foi impedida de seguir construindo saúde mental a partir do que lhes é familiar, não mais havendo a possibilidade de uma “pro-dução” da vida como outrora.

“Eu não estou interessado em nenhuma teoria...”: um *diseño* de como transitar por uma artesanía literária

Evidenciamos a busca pela diversidade de vozes e a aproximação do pluriversalismo no qual se “rejeita a universalidade de soluções, onde um define pelos outros qual é a ‘solução’. Universalidade, na modernidade, significa ‘um define pelos outros’. A transmodernidade clama por uma pluralidade de soluções, onde ‘muitos decidem por muitos’” (Grosfoguel, 2016, p. 43). Com essa proposta, anunciamos que esta artesanía literária foi construída cartograficamente num encontro entre expressões plurais de modos de comunicação e os fenômenos revelados no trânsito pelo território:

Figura 1 – No balanço da saia, a comunidade se movimenta



Fonte: Acervo pessoal de Maria Florencio (2022)

A artesanaria literária se balança no movimento do território e, como diz o cantor/compositor Siba: “toda vez que dou um passo o mundo sai do lugar” (Toda [...], 2016, 0 min 14 s). É nesse compasso que vamos tecendo no balanço de olhares, memórias marginais e cosmovisões, compreensões acerca dos temas que brotam no território vivo. Sabemos que pela via da artesanaria literária, não vamos mudar o mundo científico enraizado no eurocentrismo, mas podemos arriscar a balançá-lo. Afinal, “Eu não posso mudar o mundo, mas eu balanço, mas eu balanço o mundo” (Balanceiro, 2021, 0min 11s).

Continuar a viver requer criatividade, visto que a vida se revela como um desenho que construímos entre esboços. Arturo Escobar (2017), explora ecologia política e movimentos sociais. Ele introduz o conceito de “diseño ontológico”, estando este emergindo da percepção de que, ao criarmos recursos, estamos essencialmente gerando novas possibilidades, formas de ser, como estruturas políticas, sistemas, narrativas e cosmovisões.

Um ponto essencial para desvendar esta obra é o termo hispânico “diseño”, cujo sentido transcende traduções simplistas como “desenho” ou “projeto”. “Diseño”, conforme nos enriquece Escobar (2017), abrange a criação de representações ontológicas do real. Nesse contexto, tudo pode ser considerado um “diseño”: um traço é um “diseño”, um plano é um “diseño”, as instituições são “diseños”, nossas interações interpessoais são “diseños” e até mesmo nossa visão do mundo é um “diseño”. Portanto, parece viável criar

diseños que reflitam um *Buen Vivir*, ou Bem Viver, abraçando as possibilidades e limitações territoriais envolvidas na construção de um Bem Viver.

O *diseño* surge como uma possibilidade criativa em contraposição à lógica desenvolvimentista instalada no território pelo impacto do megaempreendimento da transposição do rio São Francisco. Acosta (2016, p. 39) nos lembra que:

O Bem Viver, que surge de visões utópicas, está presente de diversas maneiras na realidade do ainda vigente sistema capitalista - e se nutre da imperiosa necessidade de impulsionar uma vida harmônica entre os seres humanos e deles com a Natureza: uma vida centrada na autossuficiência e na autogestão dos seres humanos vivendo em comunidade.

Escobar (2017) e Acosta (2016) convergem ao destacar a coletividade como um meio criativo para a construção cotidiana de um Bem Viver. Pensar o Bem Viver revela-se, afinal, como um *diseño*. Por meio da conversa entre esses dois autores, podemos pensar que são possíveis também outras conversas. Santos (2023, p. 30) nos ensina: “para os diversos, não se trata de desenvolver, mas de envolver” em contraposição aos humanistas, que, na sua busca por unificar, acabam imbuindo apagamentos de cosmovisões, modos de vida e histórias, centralizadas numa perspectiva eurocêntrica de violência e unicidade, com o intuito de um extermínio, de um epistemicídio que alimenta a centralidade na história eurocêntrica.

Este olhar nos leva até Grada Kilomba que no dia 13 de maio de 2024, participou de uma entrevista no programa Roda Viva (Grada [...], 2024, 1 min 26 s) e nos provocou quando disse: "Eu não estou interessada em representar uma nação, estou interessada em questionar o que é uma nação e sabendo que a nação vem de um processo colonial". Essa afirmação incisiva desafia a nossa percepção sobre a nação, revelando suas raízes coloniais e as consequências violentas que ainda hoje ressoam. A Conferência de Berlim, em 1885, liderada por Otto Von Bismarck, traçou arbitrariamente as fronteiras do continente africano, criando nações que desconsideravam completamente as realidades locais e culturais. Essa divisão não foi apenas geográfica, mas também cultural e identitária, moldando relações de poder que persistem até os dias atuais (Grada, 2024).

A formação das nações, baseada em decisões coloniais, é um processo profundamente violento e desrespeitoso. Kilomba enfatiza que “os corpos que podem representar uma nação... atravessam várias diásporas” (Grada [...], 2024, 2 min 42 s). Isso nos leva a questionar quem é incluído ou excluído dentro dessas nações erguidas

colonialmente e as consequências dessas exclusões advindas desses desmembramentos. A construção da nação serviu aos interesses coloniais, frequentemente à custa das populações locais, por meio da imposição de uma identidade, bem como de pertença que continuam a marginalizar e oprimir. A colonialidade não acabou com o fim oficial do colonialismo, ela persiste como uma força que ainda molda as estruturas de poder e identidade. As hierarquias e as construções sociais estabelecidas durante o período colonial permanecem influenciando nossas sociedades.

Martín-Baró (2021), ao tecer reflexões sobre a memória e a colonização das mentes subalternizadas, ilumina como as sombras das construções coloniais ainda orquestram nossas percepções e tecem as tramas das relações sociais, perpetuando a opressão e a marginalização. As vozes marginalizadas, como narra Kilomba (Grada [...], 2024, 3 min 51 s), são cruciais para desafiar e questionar essas estruturas de poder. Ela nos lembra que “não podemos esquecer que essa questão da nacionalidade e da nação é um dos instrumentos mais violentos hoje em dia”. Ao questionar quem pertence a uma nação e quem tem o direito de representá-la, Kilomba expõe as exclusões e injustiças embutidas na própria ideia de nação.

As divisões criadas durante a formação das nações surgem como linhas imaginárias, desenhadas com o propósito nítido de segregar. Essas fronteiras artificiais servem para reforçar a dominação e o controle colonial, separando pessoas e culturas que antes coexistiam de forma mais integrada. Essa segregação imposta continua a ter efeitos devastadores, perpetuando desigualdades e conflitos.

No intuito de não reproduzir atitudes coloniais e de impedir que as linhas imaginárias nos impeçam de confluir com pensadores que podem contribuir com a caminhada deste estudo e de comunidades subalternizadas, aqui é trazida a proposta de um diálogo que integra e eleva as vozes marginalizadas, e a de teóricos do Sul global, não deixando de considerar as vozes de estudiosos de outras terras que podem contribuir e fortalecer a elevação das vozes de quem está à margem, na periferia do mundo.

Essa abordagem não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também evita a reprodução de visões limitadas e coloniais em nossas construções. Não reproduzir a colonialidade nas construções enquanto pesquisadoras é enfrentá-la e combatê-la, pois “a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (Kilomba, 2021, p. 51). Ou falando de outra forma: “que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas/colonizados a falar e escrever a partir da perspectiva do

colonizador” (Kilomba, 2021, p. 65). Ao confluir essas vozes diversas, busca-se ampliar as perspectivas e promover uma reflexão mais abrangente sobre identidade, pertencimento e as estruturas de poder subjacentes. Sobre a potência de confluência, Nêgo Bispo nos ilumina quando diz que:

Transformei as nossas mentes em roças e joguei uma cuia de sementes. Quando apresentei essas sementes, essas imagens, essas palavras germinantes [...] o que aconteceu foi que a palavra que melhor germinou foi confluência. Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia (Santos, 2023, p. 4).

Ao apresentar a confluência como uma energia que amplia e rende, e ao defender que “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio”, Nêgo Bispo oferece uma metáfora poderosa para entender como diferentes perspectivas podem se complementar e, a partir disso, se fortalecer. Incluir vozes de estudiosos europeus que confluem com vozes marginais não é apenas uma questão de diversidade, mas também uma estratégia para desafiar os paradigmas dominantes e reconhecer a pujança de articulações globais que transcendem fronteiras, linhas imaginárias.

Essa confluência crítica não só enriquece os panoramas teóricos, mas também coloca em xeque modelos hegemônicos de nação, abrindo caminho para uma compreensão mais plural e abrangente das dinâmicas sociais e políticas globais. Ao situar essas vozes dentro do contexto de uma revisão crítica de literatura que questiona a colonialidade e conceito de nação, estamos não apenas ampliando o debate, mas também promovendo uma reflexão profunda sobre as estruturas de poder que moldam as identidades contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo segue um caminho de caráter interdisciplinar que celebra e incorpora vozes de saberes das memórias marginais, entrelaçando-se com vozes que produzem saberes nas academias, e que tomam a direção do Sul global.

Enfatiza a importância de uma revisão crítica de literatura, a qual para além de uma valorização das publicações acadêmicas presentes em plataformas digitais, que priorizam artigos, dissertações e teses, realiza uma colheita ampla de outras produções que se encontram espalhadas em livros, documentários, vídeos, músicas, poemas, desenhos, entrevistas, programas de TV, dentre outros, requerendo de quem pesquisa uma sensibilidade e uma disposição afetiva e intelectual na busca por saberes que emanam de vozes que entoam memórias marginais. É aqui que brota o nascedouro da artesanaria literária.

A colonialidade não é apenas uma herança do passado, mas uma força ativa que continua a moldar nossos cotidianos, relações e atitudes. Surge um desafio de adotarmos uma visão mais inclusiva e múltipla das perspectivas que existem, em especial epistemologias do Sul global e saberes tradicionais, populares e da caatinga, que podem conversar, confluir entre si, reconhecendo a riqueza das diásporas e dos envolvimentos interculturais. Questionar e desconstruir o pensamento e a atitude de colonialidade é essencial. Promover uma visão mais inclusiva e múltipla dentro de processos acadêmicos se mostra como um passo fundamental para que diferentes identidades, cosmovisões, vozes e histórias se encontrem e se fortaleçam mutuamente.

Aqui existe um convite para olhar para além das linhas imaginárias impostas a nós e celebrar a riqueza das confluências. Permitir que essas ideias floresçam, mesmo em lugares inóspitos, é essencial para dismantelar as estruturas coloniais que ainda nos oprimem e para semear um solo fértil onde todos os povos, especialmente os subalternizados, saiam do lugar de esquecimento e invisibilização.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade de imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante Editora, 2016.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BALANCEIRO. [S. I.: s. n.]. 2021. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Juliana Linhares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HoEKYqD1zGM>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. (2019). Introdução Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 9-26.

BEZERRA, M. da C. F. M.; SANTOS, S. E. de B. “Ao redor do buraco tudo é beira”: narrativas do sertão de Pernambuco-Brasil. *In*: SANTOS, S. E. de B.; COSTA, A. M.; GOMES, W. da S.; MARQUES, C.; DINIZ, P. C. O. (Orgs.). **TransVERgente**: o desafio de ver além do megaempreendimento da transposição do São Francisco. São Paulo: Editora Dialética, 2021. p. 63-81.

CAMPOS, M. D. Saberes SULeados: escritas e leituras de mundos com Paulo Freire. **Revista Cogitare**, v. 5, p. 290-316, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/cogitare/article/view/1947>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CLIN, M. M. Por uma fenomenologia antropofágica brasileira: decolonialidade e clínica. *In*: TRZAN, A.; MATTAR, C. (Orgs.). **Psicologia, Fenomenologia e Questões Decoloniais** (Vol. 1). Rio de Janeiro: Via Veritas, 2022. p. 117-154.

DE MARI, C. L.; TAVARES, P. D. V. B.; FONSECA, V. M. Alimentos, saberes e educação para o “bem viver”: os camponeses um passo adiante. **REMEA**, 34(3), p. 37–54, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/remea.v34i3.7181>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño**: la realización de lo comunal. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2017.

GRADA Kilomba responde comparações com Milton Santos e critica conceito de nação: “Violento”. [S. I.: s. n.]. 2024. 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BNVQoJEEsCE>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GROSGUÉL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, 31(1), p. 23–47, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Acesso em: 28 jul 2024.

GUIMARÃES, A. G. A.; SOARES, M. C. de S.; LINS, A. M. (2021). Traçando novos horizontes de sentido a partir do Bem Viver: perspectivas latino-americanas. *In*:

MARQUES, C.; CAXIAS, M. L. (Orgs.). **Estudos transdisciplinares**: meio ambiente, diversidade e sociedade em experiências de ensino, pesquisa e extensão. Recife: EDUPE, 2021. p. 51-74.

INVISÍVEIS. [S. I.: s. n.]. 2017. 1 vídeo (56 min). Publicado pelo canal Beiras d'Água. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=poIQF8FH-nA>. Acesso em: 29 jul. 2024.

KILOMBA, G. **Descolonizando o Conhecimento**: Palestra-Performance de Grada Kilomba. 2016. Tradução de Jessica Oliveira. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 5 reimpressão. Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.

LOPES, J. F. **Práticas textuais na Licenciatura em Educação do Campo**: mundos que se tecem em busca de sentidos. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. Locus Repositório Institucional da UFV, 2017. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/24526/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 27–53.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. São Paulo: Vozes, 2021.

MELO, J. B.; SANTOS, S. E. de B. Psicologia e Fenomenologia: uma (aproxim)ação política frente à vulnerabilidade. **Ekstasis**: revista de hermenêutica e fenomenologia, 11(2), 273–292, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/ek.2022.69699>. Acesso em: 25 jun. 2024.

NEY Matogrosso - Sangue Latino (Ao Vivo). [S. I.: s. n.]. 2018. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Ney Matogrosso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ygUuXtg98zA>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PAIM, J. B. F.; OLIVEIRA, M. R. “Encontro de Saberes” como um caminho a pluriversidade. **Revista nustrAmérica**, núm. 22, e8194733, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://zenodo.org/records/8199701>. Acesso em 28 jul 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectiva latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107 – 130.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. Ubu/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, G. O.; SANTOS, S. E. de B. “Os ventos do norte não movem moinhos”: caminhos metodológicos para uma psicologia sertão-centrada. **Cuadernos De Educación Y Desarrollo**, 16(1), p. 1141–1165, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n1-060>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SANTOS, S. E. B. “Olha!... Arru(A)ção!?!...” A Ação Clínica no Viver Cotidiano: Conversação com a Fenomenologia Existencial [Tese de Doutorado, Universidade Católica de Pernambuco]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. 2016. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1503>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SANTOS, S. E. B. Nem em plataforma, nem em prateleira: uma tese em arru(a)ção. In: CABRAL, B. E. B.; SZYMANSKI, L.; MOREIRA, M. I. B.; SCHMIDT, M. L. S. (Orgs.). **Práticas em pesquisa e pesquisa como prática: experimentações em Psicologia**. Curitiba: CRV, 2019. p. 141–155.

SILVA, L. F. Imperialismo e dependência estrutural latino-americana: alguns aspectos conceituais, históricos e contemporâneos. **Caracol**, (20), p. 100–133, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9651.i20p100-133>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SIMSON, O. R. M. V. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Revista Acadêmica**, (6), p. 14–18, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.22287/ag.v0i6.57>. Acesso em: 09 jun. 2024.

SULAMERICANO. [S. I.: s. n.]. 2019. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal BaianaSystem. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sSFFf6F-IFY>. Acesso em: 30 jul. 2024.

TODA vez que eu dou um passo o mundo sai do lugar. [S. I.: s. n.]. 2016. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal MundoSiba. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eIUvDpM_JSo. Acesso em: 29 jul. 2024.

TOQUINHO - A Arte de Viver (Videoclipe Oficial). [S. I.: s. n.]. 2020. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Deck. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A6klWpXe1h4>. Acesso em: 30 jul. 2024.

TOVAR, J. F. **Táticas artísticas para subverter a necropolítica**: percursos entre a, a biomaterialidade e a produção do em-comum. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.27.2020.tde-04032021-193236>. Acesso em 27. jul. 2024.

WEBER, L. 'Rios vivos não são uma ideia viável dentro de uma economia capitalista', diz Ailton Krenak. **Brasil de Fato**, São Paulo, SP, 19 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/19/rios-vivos-nao-sao-uma-ideia-viavel-dentro-de-uma-economia-capitalista-diz-ailton-krenak>. Acesso em: 29 jul. 2024.